

# O CREPÚSCULO DA DEMOCRACIA

COMO O AUTORITARISMO SEDUZ  
E AS AMIZADES SÃO DESFEITAS  
EM NOME DA POLÍTICA

**ANNE APPLEBAUM**

Tradução de  
Alessandra Bonrruquer

1ª edição



EDITORA RECORD  
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2021

# I

## Véspera de Ano-Novo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999, demos uma festa. Estávamos no fim de um milênio e início de um novo, e as pessoas queriam celebrar, preferencialmente em algum lugar exótico. Nossa festa atendia a esse critério. Ela foi realizada em Chobielin, um pequeno solar no noroeste da Polônia que meu marido e seus pais haviam comprado uma década antes — a preço de custo —, uma ruína mofada e inabitável que não passara por nenhuma reforma desde que seus ocupantes anteriores haviam fugido do Exército Vermelho em 1945. Nós restauramos a maior parte, embora muito devagar. A restauração não estava exatamente terminada em 1999, mas o solar tinha um novo telhado e um grande salão, recém-pintado e sem nenhuma mobília, perfeito para uma festa.

Os convidados eram variados: amigos jornalistas de Londres e Moscou, alguns diplomatas em início de carreira baseados em Varsóvia, dois amigos de Nova York. Mas a maioria era composta de poloneses, amigos nossos e colegas de meu marido, Radek Sikorski, então vice-ministro do Exterior de um governo de centro-direita. Havia amigos locais, alguns colegas de escola de Radek e um grande grupo de primos. Alguns jovens jornalistas poloneses também compareceram — nenhum deles particularmente famoso —, juntamente com alguns servidores públicos e um ou dois membros juniores do governo.

Seria possível nos agrupar, de modo muito geral, na categoria que os poloneses chamam de direita: conservadores, anticomunistas. Mas, naquele momento da história, também seria possível chamar a maioria de nós de liberais. Liberais de livre mercado, liberais clássicos, talvez thatcheristas. Mesmo aqueles cuja posição econômica era menos definida acreditavam na democracia, no estado de direito, em freios e contrapesos e em uma Polônia que era membro da Otan e estava a caminho de se filiar à União Europeia (UE), uma Polônia integrada à Europa moderna. Na década de 1990, era isso que significava “fazer parte da direita”.

A festa não foi lá grande coisa. Não havia serviço de bufê na Polônia rural dos anos 1990, de modo que eu e minha sogra preparamos grandes cubas de ensopado de carne com beterrabas assadas. Tampouco havia hotéis, e nossos quase cem convidados estavam hospedados em fazendas locais ou com amigos na cidadezinha mais próxima. Eu fizera uma lista com nome e local onde cada um estava hospedado, mas, mesmo assim, algumas pessoas terminaram dormindo no chão do porão. No fim da noite, soltamos fogos de artifício — do tipo barato, fabricado na China, que acabara de ficar disponível nas lojas e provavelmente era muito perigoso.

A música — em fitas cassete, gravadas em uma era anterior ao Spotify — criou a única divisão cultural séria da noite: as canções de que meus amigos americanos lembravam da época da faculdade não eram as mesmas que os poloneses lembravam, de modo que foi difícil fazer com que todo mundo dançasse ao mesmo tempo. Em certo momento, fui para o andar de cima, descobri que Boris Iéltsin havia renunciado, escrevi uma breve coluna para um jornal britânico e então desci novamente e bebi outra taça de vinho. Por volta das três da manhã, uma das convidadas polonesas mais excêntricas tirou uma pequena pistola da bolsa e atirou para cima, em pura exuberância.

Foi esse tipo de festa. Ela durou a noite toda, continuou em um brunch na tarde seguinte e estava saturada do otimismo que eu sentia na época. Havíamos reconstruído nossa casa arruinada. Nossos amigos estavam reconstruindo o país. Tenho a lembrança particularmente nítida de caminhar pela neve — um dia antes ou talvez um dia depois

da festa — com um grupo bilíngue, todo mundo falando ao mesmo tempo. Inglês e polonês se misturando e ecoando pela floresta de bétulas. Naquele momento, no qual a Polônia estava prestes a se unir ao Ocidente, parecíamos estar todos no mesmo time. Concordávamos sobre a democracia, sobre a estrada para a prosperidade e sobre a maneira como as coisas estavam acontecendo.

Esse momento passou. Quase duas décadas depois, eu atravessaria a rua para evitar algumas das pessoas que compareceram à minha festa de Ano-Novo. Elas, por sua vez, não somente se recusariam a entrar em minha casa, como ficariam constrangidas em admitir que já estiveram lá. De fato, metade das pessoas presentes à festa já não fala com a outra metade. O distanciamento é político, não pessoal. A Polônia é agora uma das sociedades mais polarizadas da Europa, e nos encontramos em lados opostos de uma profunda divisão que atravessa não somente o que costumava ser a direita polonesa, mas também a antiga direita húngara, a direita espanhola, francesa, italiana e, com algumas diferenças, também a britânica e americana.

Alguns de meus convidados de Ano-Novo — juntamente comigo e meu marido — continuam a apoiar a centro-direita pró-europeia, pró-estado de direito, pró-mercado. Permanecemos em partidos políticos que se alinham, com algumas diferenças, aos democratas cristãos europeus, aos partidos liberais na França e na Holanda e ao Partido Republicano de John McCain. Alguns de meus convidados se consideram de centro-esquerda. Mas outros terminaram em um lugar diferente. Eles agora apoiam um partido nativista chamado Lei e Justiça, um partido que se afastou drasticamente das posições que manteve ao controlar brevemente o governo, de 2005 a 2007, e ocupar a Presidência (o que, na Polônia, não é a mesma coisa) de 2005 a 2010.

Nos anos em que o Lei e Justiça esteve fora do poder, seus líderes e muitos de seus apoiadores e promotores lentamente adotaram um conjunto diferente de ideias, não somente xenofóbicas e paranoicas, mas abertamente autoritárias. Para ser justa com o eleitorado, nem todo mundo foi capaz de ver isso: o Lei e Justiça conduziu uma campanha muito

moderada em 2015, contra um partido de centro-direita que ocupava o poder havia oito anos — meu marido era membro desse governo, embora tenha renunciado antes da eleição — e, em seu último ano, foi liderado por um primeiro-ministro fraco e inexpressivo. Compreensivelmente, os poloneses queriam mudanças.

Mas, no momento em que o Lei e Justiça venceu por ligeira maioria em 2015, seu radicalismo ficou óbvio. O novo governo violou a Constituição ao inadequadamente indicar novos juízes para o Tribunal Constitucional. Mais tarde, usou uma estratégia igualmente inconstitucional em uma tentativa de dominar a Suprema Corte e criar uma lei para punir juízes cujos vereditos contrariassem as políticas governamentais. O Lei e Justiça passou a controlar a emissora estatal de TV — também em violação à Constituição —, demitindo apresentadores populares e repórteres experientes. Seus substitutos, recrutados na mídia on-line de extrema direita, começaram a promover propaganda nitidamente pró-partido, salpicada de mentiras facilmente reveláveis, à custa dos contribuintes.

As instituições estatais foram outro alvo. Uma vez no poder, o Lei e Justiça demitiu milhares de servidores públicos, substituindo-os por membros do partido ou seus primos e outros familiares. O partido demitiu generais do Exército com anos de dispendioso treinamento em academias ocidentais. Demitiu diplomatas com experiência e habilidades linguísticas. Uma a uma, destruiu também as instituições culturais. O Museu Nacional perdeu seu excelente diretor em exercício, um curador internacionalmente respeitado. Ele foi substituído por um acadêmico desconhecido e inexperiente cuja primeira decisão importante foi desmantelar a exposição de arte moderna e contemporânea. Um ano depois, ele pediu demissão, deixando o museu em estado de caos. O diretor do Museu de História dos Judeus Poloneses — uma instituição única na Europa, inaugurada com grande exultação somente alguns anos antes — foi suspenso sem explicação, horrorizando os apoiadores e financiadores internacionais. Essas histórias foram ecoadas por milhares de outras que não chegaram às manchetes. Uma amiga nossa, por exemplo, perdeu o emprego em uma instituição estatal porque completava seus

projetos muito rapidamente. Seu novo e desqualificado diretor pareceu considerá-la uma ameaça.

Ninguém se preocupou muito em manter falsas aparências. O objetivo das mudanças não era fazer com que o governo funcionasse melhor. Era torná-lo mais partidário, com os tribunais mais influenciáveis e obedientes ao partido. Ou talvez devêssemos chamá-lo, como já fizemos antes, de Partido.

Ele não tinha mandato para isso: o Lei e Justiça foi eleito com uma margem de votos que lhe permitia governar, mas não modificar a Constituição. E assim, a fim de justificar a desobediência às leis, o partido deixou de usar argumentos políticos comuns e começou a identificar inimigos existenciais. Alguns eram antigos e familiares. Após duas décadas de profundas conversas e reconciliações judaico-polonesas — após milhares de livros, filmes e conferências e a construção daquele museu espetacular —, o governo obteve notoriedade internacional ao adotar uma lei restringindo o debate público sobre o Holocausto. Embora a lei tenha sido modificada sob pressão americana, ela gozou de amplo apoio entre a base ideológica do partido: os jornalistas, escritores e pensadores — incluindo alguns dos meus convidados — que agora dizem acreditar que forças antipolonesas conspiram para culpar a Polônia, e não a Alemanha, por Auschwitz. Mais tarde, o partido também se envolveu em uma fútil disputa com o governo israelense, um argumento que pareceu projetado para apelar tanto aos irritados eleitores nacionalistas do Lei e Justiça na Polônia quanto aos irritados eleitores nacionalistas de Benjamin Netanyahu em Israel.

Alguns dos inimigos eram novos. Após um breve período atacando os imigrantes islâmicos — o que foi difícil em um país com quase nenhum —, o partido focou sua ira nos homossexuais. Uma revista semanal, a *Gazeta Polska* — tendo entre seus mais proeminentes jornalistas dois convidados da minha festa de Ano-Novo —, imprimiu adesivos com os dizeres “Área Livre de LGBTs” para seus eleitores colarem em portas e janelas. Na véspera de outra eleição parlamentar em outubro de 2019, a TV estatal exibiu um documentário chamado *Invasão*,<sup>1</sup> descrevendo o

plano secreto dos “LGBTs” para enfraquecer a Polônia. A Igreja católica polonesa, que já foi uma instituição neutra e um símbolo apolítico de unidade nacional, começou a promover temas similares. O arcebispo de Cracóvia, um título previamente pertencente ao papa João Paulo II, fez um sermão descrevendo os homossexuais como “praga” multicolorida que substituiu a “praga vermelha” do comunismo.<sup>2</sup> O sermão foi aplaudido pelo governo polonês e então removido do YouTube por moderadores on-line, por constituir discurso de ódio.

Essa sequência de eventos agora torna difícil, para mim e alguns dos meus convidados de Ano-Novo, ter sobre o que conversar. Não tive uma única conversa com Ania Bielecka, anteriormente uma de minhas melhores amigas — e madrinha de um de meus filhos —, desde um histérico telefonema em abril de 2010, alguns dias depois de o avião no qual viajava o então presidente ter caído perto de Smolensk, na Rússia, um acidente sobre o qual falarei em breve. Bielecka é uma arquiteta cujos amigos incluem, ou costumavam incluir, alguns dos mais conhecidos artistas de sua geração; ela também gosta, ou costumava gostar, de exposições de arte contemporânea, chegando a viajar algumas vezes para a Bienal de Veneza, puramente por prazer. Ela uma vez me disse que gostava de observar as pessoas na Bienal — todas aquelas mulheres do meio artístico em seus trajes elaborados — tanto quanto as exposições em si. Mas, em anos recentes, ela se aproximou de Jarosław Kaczyński, o líder do Lei e Justiça e irmão gêmeo do falecido presidente. Bielecka agora o recebe regularmente para almoços em seu apartamento — ela é uma excelente cozinheira — e discute quem ele deve nomear para seu gabinete. Disseram-me que o ministro da Cultura, autor do ataque aos museus poloneses, foi sugerido por ela. Tentei vê-la algumas vezes há alguns anos, mas ela recusou. “Sobre o que poderíamos conversar?”, perguntou ela em uma mensagem de texto, e então parou de responder.

Outra de minhas convidadas — a que atirou para cima — se separou do marido britânico. Sua excentricidade se transformou, e ela agora parece ser troll de internet em tempo integral, uma fanática que promove uma variedade de teorias da conspiração, muitas das quais violentamente

antisemitas. Ela escreve no Twitter sobre a responsabilidade judaica pelo Holocausto e certa vez postou a imagem de uma pintura medieval inglesa retratando um menino supostamente crucificado pelos judeus, com o comentário “E eles ficaram surpresos ao ser expulsos”, referindo-se à expulsão dos judeus da Grã-Bretanha em 1290. Ela segue e amplifica os principais luminares da “direita alternativa” americana, cuja linguagem repete e promove.

Uma terceira convidada, a jornalista Anita Gargas, passou a última década investigando incessantemente um conjunto de teorias da conspiração envolvendo a morte do presidente Lech Kaczyński no acidente aéreo de Smolensk, a cada vez postulando uma explicação diferente.<sup>3</sup> Ela trabalha na *Gazeta Polska*, a revista semanal que distribuiu os adesivos contra os homossexuais. Um quarto convidado, Rafal Ziemkiewicz, ficou famoso como franco oponente da comunidade judaica internacional. Ele se refere aos judeus como “sarnentos” e “gananciosos”,<sup>4</sup> chama as organizações judaicas de “chantagistas”<sup>5</sup> e lamenta seu apoio anterior a Israel.<sup>6</sup> A notoriedade que obteve com essa linguagem parece ter dado impulso a uma carreira até então vacilante, e ele agora aparece com frequência na TV estatal controlada pelo partido.

Alguns desses ex-amigos se afastaram dos próprios filhos em virtude de suas ideologias políticas. Em certos casos, o afastamento é profundo. Um deles, embora bastante comprometido com um partido político cuja agenda é abertamente homofóbica, tem um filho homossexual. Mas isso também é típico: essas divisões ocorrem tanto entre famílias quanto entre grupos de amigos. Temos um vizinho perto de Chobielin cujos pais ouvem uma estação de rádio católica, conspiracionista e pró-governo chamada Rádio Maryja. Eles repetem os mantras da rádio e adotam os inimigos apresentados por ela. “Eu perdi minha mãe”, disse ele. “Ela vive em outro mundo.”

Para ser bem franca sobre todo meu interesse nesse assunto, devo explicar por que parte desse pensamento conspiracionista está focado em mim. Meu marido foi ministro da Defesa por um ano e meio, em um governo de coalizão liderado pelo Lei e Justiça durante sua primeira

e breve experiência no poder. Mais tarde, rompeu com o partido e, durante sete anos, foi ministro do Exterior de outro governo de coalizão, dessa vez liderado pelo partido de centro-direita Plataforma Cívica. Em 2019, concorreu a uma vaga no Parlamento europeu e venceu, embora atualmente não faça parte da liderança da oposição política.

Vivo intermitentemente na Polônia desde 1988, com amplos períodos morando em Londres e Washington, escrevendo livros de história e trabalhando como jornalista para jornais britânicos e americanos. Pelos padrões poloneses, isso me torna uma esposa política exótica, embora, até 2015, a maioria das pessoas estivesse curiosa a meu respeito, em vez de irritada comigo. Jamais experimentei antissemitismo direto ou senti qualquer hostilidade; quando publiquei um livro de receitas polonesas — com o objetivo de, entre outras coisas, superar os estereótipos negativos sobre a Polônia no exterior —, a reação no país, mesmo entre os chefs, foi amplamente positiva, embora um tanto perplexa. Também me esforcei muito para ficar fora da política, evitando a TV polonesa a menos que fosse para falar sobre meus livros.

Mas, depois que o Lei e Justiça venceu, artigos negativos sobre o governo começaram a ser publicados no exterior, e eu fui culpada. Fui retratada na capa de duas revistas pró-regime, *wSieci*<sup>7</sup> e *Do Rzeczy*<sup>8</sup> (ex-amigos nossos trabalham em ambas), como coordenadora clandestina da imprensa internacional e diretora secreta da cobertura negativa sobre a Polônia; uma delas inventou detalhes sobre minha família a fim de fazê-la parecer sinistra. Matérias parecidas surgiram nos jornais noturnos da TV estatal, juntamente com outra, totalmente inventada, sobre como o Partido Lei e Justiça fizera com que eu fosse demitida de um emprego que eu nunca tivera.<sup>9</sup> Finalmente, pararam de escrever sobre mim: a cobertura negativa na imprensa internacional se tornou disseminada demais para ser coordenada por uma única pessoa, mesmo uma judia, embora, naturalmente, o tema ressurgja nas mídias sociais de tempos em tempos. Durante a campanha de meu marido para as eleições europeias, alguns membros de sua equipe receberam mais perguntas sobre mim e

minhas “atividades antipolonesas” do que sobre ele. Gostando ou não, eu faço parte dessa história.

Quando tudo começou, senti uma espécie de *déjà-vu*. Lembrei de ter lido o famoso diário mantido pelo escritor romeno Mihail Sebastian entre 1935 e 1944, no qual ele relatou uma mudança ainda mais extrema em seu próprio país. Como eu, Sebastian era judeu, embora não religioso; como no meu caso, a maioria de seus amigos estava na direita política. No diário, descreveu como, um por um, eles foram atraídos pela ideologia fascista, como um bando de mariposas para uma chama inescapável. Falou da arrogância e da autoconfiança que seus amigos adquiriram ao deixarem de se identificar como europeus — admiradores de Proust, visitantes de Paris — e começaram a se autodenominar romenos de sangue e solo. Observou enquanto eles guinavam para o pensamento conspiracionista e se tornavam casualmente cruéis.

Pessoas que ele conhecia há anos começaram a insultá-lo e, em seguida, agir como se nada tivesse acontecido. “Será que é possível manter a amizade”, perguntou-se ele em 1937, “com pessoas que têm em comum uma série de ideias e sentimentos tão estranhos que, quando eu entro pela porta, elas subitamente se calam, envergonhadas e constrangidas?”<sup>10</sup> No romance autobiográfico que ele escreveu na mesma época, o narrador oferece amizade a um velho conhecido, do qual está afastado por discordâncias políticas. “Não, você está errado”, é a resposta. “Nós não podemos ser amigos. Nem agora nem nunca. Você não sente o cheiro da terra em mim?”<sup>11</sup>

Não estamos em 1937. Mesmo assim, uma transformação paralela ocorre em meu próprio tempo, tanto entre pensadores, escritores, jornalistas e ativistas políticos na Polônia, um país no qual vivo há três décadas, quanto no restante das sociedades que passamos a chamar de Ocidente. Por toda parte, essa transformação ocorre sem a desculpa de uma crise econômica do tipo que a Europa e a América do Norte enfrentaram nas décadas de 1920 e 1930. A recessão de 2008-2009 foi profunda, mas — ao menos até a pandemia de coronavírus — o crescimento foi retomado. A crise de refugiados de 2015-2016 foi um choque, mas amainou. Em

2018, refugiados da África do Norte e do Oriente Médio praticamente pararam de chegar à Europa, graças aos acordos feitos com a Turquia pela UE e seus principais políticos.

De qualquer modo, as pessoas sobre as quais escrevo neste livro não foram afetadas por nenhuma dessas crises. Elas talvez não sejam tão bem-sucedidas quanto gostariam, mas não são pobres nem habitam áreas rurais. Não perderam seus empregos para trabalhadores imigrantes. Na Europa Oriental, não são vítimas de uma transição política desde 1989 ou da política em qualquer sentido. Na Europa Ocidental, não fazem parte de uma subclasse empobrecida e não vivem em vilarejos esquecidos. Nos Estados Unidos, não fazem parte de comunidades destruídas por opioides, não passam muito tempo em lanchonetes do meio-oeste e, na verdade, não correspondem a nenhum dos estereótipos preguiçosos usados para descrever os eleitores de Trump — alguns dos quais elas mesmas inventaram. Ao contrário, elas estudaram nas melhores universidades, frequentemente falam outras línguas, vivem em grandes cidades — Londres, Washington, Varsóvia, Madri — e viajam para o exterior, exatamente como os amigos de Sebastian na década de 1930.

O que, então, causou essa transformação? Será que alguns de nossos amigos sempre foram secretamente autoritários? Ou as pessoas com quem brindei nos primeiros minutos do novo milênio mudaram de alguma forma nas duas décadas subsequentes?

Não existe uma explicação simples, e não oferecerei nem uma teoria grandiosa, nem uma solução universal. Mas eis um tema: nas condições certas, qualquer sociedade pode se voltar contra a democracia. De fato, a se acreditar na história, todas as nossas sociedades farão isso algum dia.

Os antigos filósofos sempre tiveram dúvidas sobre a democracia. Platão temia as “palavras falsas e presunçosas”<sup>12</sup> dos demagogos e suspeitava que a democracia podia ser somente uma escala na estrada para a tirania. Os primeiros defensores americanos do governo republicano também reconheceram o desafio que um líder corrupto podia representar para a democracia e acharam difícil criar instituições capazes de resistir a ele.

A convenção constitucional de 1787 criou os colégios eleitorais como maneira de assegurar que um homem com o que Alexander Hamilton chamou de “talento para a intriga mesquinha e as baixas artes da popularidade”<sup>13</sup> jamais se tornasse presidente dos Estados Unidos. Embora tenha se tornado um corpo aprobatório sem poder real — e, mais recentemente, um mecanismo que concede influência desproporcional a pequenos grupos de eleitores em alguns estados —, o colégio eleitoral foi originalmente projetado como algo bastante diferente: uma espécie de conselho revisório, um grupo de legisladores e proprietários de elite que selecionaria o presidente, se necessário rejeitando a escolha popular a fim de evitar os “excessos da democracia”.

Hamilton foi um de muitos nos Estados Unidos coloniais que leram e releram a história grega e romana, tentando descobrir como evitar que uma nova democracia se tornasse uma tirania. Ao envelhecer, John Adams mais uma vez releu Cícero, o estadista romano que tentou interromper a deterioração da República romana, chegando a citar suas cartas para Thomas Jefferson. Eles queriam construir uma democracia com base no debate racional, na razão e no compromisso. Mas não tinham ilusões sobre a natureza humana: sabiam que os homens podiam sucumbir às “paixões”, para usar a mesma palavra antiquada que usaram. Eles sabiam que qualquer sistema político construído com base na lógica e na racionalidade sempre corre o risco de uma explosão de irracionalidade.

Em tempos modernos, seus sucessores tentaram definir essa irracionalidade e essas “paixões”, e entender quem pode ser considerado demagogo e por quê. Hannah Arendt, a filósofa original do totalitarismo, identificou uma “personalidade autoritária”, um indivíduo radicalmente solitário que, “sem qualquer outro laço social com família, amigos, camaradas ou mesmo conhecidos, deriva seu senso de ter um lugar no mundo somente de seu pertencimento a um movimento, de sua afiliação a um partido”.<sup>14</sup> Theodor Adorno, membro de uma geração de intelectuais que fugiu da Alemanha nazista para os Estados Unidos, investigou essa ideia mais profundamente. Influenciado por Freud, Adorno tentou encontrar a fonte da personalidade autoritária no início da infância, e talvez mesmo na homossexualidade reprimida.

Mais recentemente, Karen Stenner, uma economista comportamental que começou a pesquisar traços de personalidade há duas décadas, argumentou que cerca de um terço da população de qualquer país possui o que ela chama de *predisposição* autoritária,<sup>15</sup> uma palavra que, por ser menos rígida, é mais útil que *personalidade*. A predisposição autoritária, favorecendo a hegemonia e a ordem, pode estar presente sem necessariamente se manifestar; seu oposto, a predisposição “libertária”, favorecendo a diversidade e a diferença, também pode estar presente de maneira silenciosa. A definição de *autoritarismo* de Stenner não é política e não equivale a *conservadorismo*. Dito de modo simples, o autoritarismo atrai pessoas que não conseguem tolerar a complexidade: não há nada intrinsecamente “de esquerda” ou “de direita” nesse instinto. Ele é anti-pluralista. Suspeita de pessoas com ideias diferentes. É alérgico a debates ferozes. Se aqueles que o possuem derivam sua política do marxismo ou do nacionalismo é irrelevante. Trata-se de um estado mental, não de um conjunto de ideias.

Mas os teóricos frequentemente deixam de fora outro elemento crucial no declínio da democracia e construção da autocracia. A mera existência de pessoas que admiram demagogos ou se sentem mais confortáveis em ditaduras não explica integralmente por que os demagogos vencem. O ditador quer governar, mas como ele chega à parte do público que se sente como ele? O político iliberal quer enfraquecer os tribunais a fim de obter mais poder para si mesmo, mas como persuade os eleitores a aceitarem essas mudanças? Na Roma Antiga, César tinha escultores para criar múltiplas versões de sua imagem. Nenhum autoritarismo pode ter sucesso sem o equivalente moderno: os escritores, intelectuais, panfletários, blogueiros, assessores de imprensa, produtores de TV e criadores de memes que vendem sua imagem para o público. Os autoritários precisam de pessoas para promover tumultos ou iniciar golpes. Mas também de pessoas que saibam usar uma sofisticada linguagem legal, capazes de afirmar que ir contra a Constituição ou distorcer as leis é a coisa certa a ser feita. Eles precisam de pessoas que deem voz às queixas, manipulem os descontentamentos, canalizem a raiva e o medo e imaginem um futuro

diferente. Precisam, em outras palavras, de membros da elite intelectual e educacional para ajudá-los a iniciar uma guerra contra o restante dessa mesma elite, mesmo que isso inclua colegas de universidade, conhecidos e amigos.

Em seu livro de 1927 *La trahison des clercs*<sup>16</sup> — *A traição dos intelectuais* —, o ensaísta francês Julien Benda descreveu as elites autoritárias de sua época muito antes de qualquer um ter entendido quão importantes elas eram. Antecipando Arendt, sua preocupação não eram as “personalidades autoritárias” em si, mas as pessoas que apoiavam o autoritarismo que ele via assumir formas tanto de esquerda quanto de direita em toda a Europa. Ele descreveu os ideólogos de extrema direita e de extrema esquerda que buscavam promover a “paixão de classe”, na forma do marxismo soviético, ou a “paixão nacional”, na forma do fascismo, e acusou ambos de estarem traindo a tarefa central do intelectual, a busca pela verdade, em favor de causas políticas particulares. Sarcasticamente, chamou esses intelectuais caídos de *clercs*, notários, uma palavra cujos significados mais antigos estão ligados ao “clero”. Dez anos antes do Grande Terror de Stalin e seis anos antes de Hitler chegar ao poder, Benda já temia que os escritores, jornalistas e ensaístas que haviam se transformado em empreendedores e propagandistas pudessem levar civilizações inteiras a atos de violência. E foi o que aconteceu.

Se acontecer, a queda da democracia liberal em nosso próprio tempo não terá a mesma aparência das décadas de 1920 ou 1930. Mas, mesmo assim, precisará de uma nova elite, uma nova geração de *clercs*, para implementá-la. O colapso de uma ideia no Ocidente, ou na que às vezes é chamada de “ordem liberal do Ocidente”, precisará de pensadores, intelectuais, jornalistas, blogueiros, escritores e artistas para minar nossos valores atuais e imaginar um novo sistema. Eles podem vir de lugares diferentes: na definição original de Benda, os *clercs* incluem ideólogos tanto de esquerda quanto de direita. Ambos ainda estão conosco. A sensibilidade autoritária está inquestionavelmente presente na geração de agitadores esquerdistas nos campi, que buscam ditar como os professores podem ensinar e o que os alunos podem dizer. Está presente nas hordas

de instigadores do Twitter que buscam destruir tanto figuras públicas quanto pessoas comuns por violarem códigos não escritos de expressão. Está presente nos intelectuais transformados em assessores de imprensa do Partido Trabalhista britânico, que evitam qualquer desafio à liderança de Jeremy Corbyn, mesmo depois de ter ficado claro que sua agenda de extrema esquerda seria rejeitada pelo país. E está presente entre os ativistas trabalhistas que primeiro negaram e depois minimizaram o antisemitismo que se disseminou também no interior do partido.

Mas, embora o poder cultural da esquerda autoritária esteja crescendo, os únicos *clerics* modernos que obtiveram real poder *político* nas democracias ocidentais — os únicos operando no interior de governos, participando de coalizões no poder, dirigindo partidos importantes — são membros de movimentos que estamos acostumados a chamar de “direita”. É verdade que compõem uma forma específica de direita que tem pouco em comum com a maioria dos movimentos políticos assim descritos desde a Segunda Guerra Mundial. Os tories britânicos, os republicanos americanos, os anticomunistas do leste europeu e os gaullistas franceses vêm de tradições diferentes, mas, como grupo, são — ou eram, até recentemente — dedicados não somente à democracia representativa, mas também à tolerância religiosa, a Judiciários independentes, liberdade de imprensa e de expressão, integração econômica, instituições internacionais, à aliança transatlântica e à ideia política de “Ocidente”.

Em contraste, a nova direita não quer conservar ou preservar nada. Na Europa continental, ela despreza a democracia cristã, que usou sua base política na Igreja para fundar e criar a UE após o pesadelo da Segunda Guerra Mundial. Nos Estados Unidos e no Reino Unido, ela rompeu com o conservadorismo tradicional, burkeano e com “c” minúsculo, que suspeita da mudança rápida em todas as suas formas. Embora odeie essa expressão, a nova direita é mais bolchevique que burkeana: homens e mulheres que querem aniquilar, contornar ou minar as instituições atuais para destruir tudo que existe.

Este livro fala dessa nova geração de *clerics* e da nova realidade que eles estão criando, começando com alguns que conheço na Europa Oriental;

passando para a história diferente, mas paralela, da Grã-Bretanha, outro país com o qual tenho laços profundos; e terminando nos Estados Unidos, onde nasci, com algumas paradas intermediárias. As pessoas descritas vão de ideólogos nativistas a ensaístas políticos bem-intencionados; alguns escreveram livros sofisticados, ao passo que outros criaram teorias da conspiração que se tornaram virais. Alguns estão genuinamente motivados pelos mesmos medos, pela mesma raiva e pelo mesmo profundo desejo por unidade de seus leitores e seguidores. Outros se radicalizaram durante furiosos encontros com a esquerda cultural ou sentem repugnância pela fraqueza do centro liberal. Alguns são cínicos e instrumentais, adotando a linguagem radical ou autoritária porque ela pode lhes trazer poder ou fama. Outros são apocalípticos, convencidos de que suas sociedades fracassaram e precisam ser reconstruídas, qualquer que seja o resultado. Alguns são profundamente religiosos. Outros gostam do caos ou buscam promovê-lo como prelúdio à imposição de um novo tipo de poder. Todos buscam redefinir suas nações, reescrever os contratos sociais e, às vezes, alterar as regras da democracia a fim de jamais deixarem o poder. Alexander Hamilton nos avisou sobre eles. Cícero lutou contra eles. Alguns deles costumavam ser meus amigos.